



Agenda
Parlamentar
Atualização Maio/2021

Fortalecer e Valorizar

Filiado,

Contamos com o seu apoio e a sua participação na luta do ANFFA Sindical por direitos e prerrogativas essenciais para o fortalecimento e valorização de nossa Carreira.

**AUDITORES
FISCAIS FEDERAIS
AGROPECUÁRIOS**

e fica mais seguro
O Brasil cresce **com** eles



ANFFA SINDICAL



Autocontrole PL 1293/2021

Do Poder Executivo. A proposta dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.

Status: aguardando Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados).



Reforma Administrativa PEC 32/2020

Do Poder Executivo. A proposta trata da Reforma Administrativa, com alterações sobre a admissão de servidores públicos, estabilidade, cargos típicos de Estado, bem como as competências da Presidência da República em organizar a Administração Pública. A PEC pretende: i) a desconstitucionalização dos direitos, remetendo para leis complementares e ordinárias; ii) o fim do Regime Jurídico Único, a instituição de novas modalidades de contratação e as formas de ingresso; iii) o fim da estabilidade como regra e uma estabilidade mitigada para os cargos típicos de Estado; iv) o fim das promoções automáticas por tempo de serviço; v) a extinção de vantagens; vi) a transferência da execução de serviços públicos da União para estados e municípios e entidades privadas; vii) a transferência de competências do Congresso Nacional para o Presidente da República para extinguir cargos e órgãos da Administração Pública, e viii) o ataque aos direitos dos atuais servidores. Um dos propósitos da reforma, ainda, é o de permitir ao Executivo liberdade para, por decreto, alterar as atribuições de cargos e

carreiras, ou promover sua extinção, e, ainda, promover a redução do salário de ingresso no serviço público, revogando inclusive, normas principiológicas relacionadas ao sistema remuneratório e isonomia hoje contidas no art. 39 da Constituição.

Status: aguarda realização de audiências públicas e apresentação de parecer pelo relator, deputado Darci de Matos (PSD/SC), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).



Cães Farejadores do MAPA

PL 6028/2019

Do deputado Neri Geller (PP/MT), que estabelece a obrigatoriedade do uso de cães farejadores pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no combate ao ingresso de produtos de interesse agropecuário de uso proibido, restrito, controlado ou que ofereça risco agropecuário, e dá outras providências.

Status: aguarda apresentação de parecer pelo relator, deputado Alceu Moreira (MDB/RS), pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).



Contraterrorismo

PL 1595/2019

Do deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO), que dispõe sobre as ações contraterroristas, altera as Leis nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e nº 9.807, de 13 de julho de 1.999, e institui o Sistema Nacional Contraterrorista (SNC), que integra as atividades de planejamento e de execução das ações contraterroristas, com a finalidade precípua de impedir a realização de atos terroristas contra o Estado Brasileiro e de combater seus perpetradores, caso as ações contraterroristas preventivas ordinárias não obtenham êxito completo.

A entidade apresentou sugestões ao autor direcionadas para a proteção da agropecuária e de referência expressa ao agroterrorismo e ressaltou o potencial da carreira de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário para atuação dentro do Sistema Nacional Contraterrorista, tendo em vista, atuar, regulando e fiscalizando, em todos os elos da cadeia de produção agropecuária, da produção de insumos ao consumidor final; (ii) estar presente em todas Unidades da Federação, nos pontos de ingresso de pessoas e mercadorias e no exterior, como adidos agrícolas e (iii) operar a rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária.

Status: aguarda a instalação de Comissão Especial.



Porte de arma para Auditor-Fiscal Federal Agropecuário

PL 6438/2020

Do Poder Executivo, que altera a Lei nº 10.826/2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes, e dá outras providências. O PL estabelece que os integrantes do cargo de Auditor-Fiscal Federal Agropecuário poderão portar em todo o território nacional arma de fogo de propriedade particular ou institucional mesmo fora do exercício de sua atividade profissional.

Status: aguarda apresentação de parecer pelo relator, deputado Major Vitor Hugo (PSL/GO), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).



Reforma Sindical

PEC 196/2019

De deputado Marcelo Ramos (PL/AM), que confere nova re-

dação ao art. 8º da Constituição Federal e altera o ADCT, de modo a promover uma Reforma no Sistema Sindical, assegurando uma liberdade sindical mitigada e cria o Conselho Nacional de Organização Sindical (CNOS). No tocante aos servidores públicos civis, a proposta também acrescenta, no art. 8º da Constituição, direito à livre associação sindical e à negociação coletiva. Por fim, estabelece o prazo de 180 dias para que o Congresso Nacional regule a Convenção nº 151 da OIT e a Recomendação nº 159 da OIT, que visa garantir e defender os interesses dos funcionários públicos, nas três esferas de Governo, tratando da liberdade sindical e do processo de negociação coletiva dos servidores públicos.

Em 17/12/2019, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovou o parecer do relator, deputado Fábio Trad (PSD/MS), pela admissibilidade da matéria.

Status: aguarda a instalação de Comissão Especial.



Regra de Ouro - Redução de jornada com redução de vencimento

PEC 438/2018

Do deputado Pedro Paulo (DEM/RJ), que estabelece as seguintes medidas de contenção das despesas públicas:

- i) a possibilidade de interrupção do pagamento do abono salarial;*
- ii) redução temporária da jornada de trabalho dos servidores com redução dos vencimentos;*
- iii) redução das despesas com servidores não estáveis;*
- iv) aprofundamento da política de privatizações; e*
- v) a cobrança de contribuição previdenciária suplementar provisória de 3% para servidores civis e militares, ativos e inativos; e*

vi) a demissão dos servidores estáveis caso a despesa total com pessoal ultrapasse o valor apurado (e corrigido) em 2016.

Em 04/12/2019, a Comissão Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovou o [parecer do relator](#), deputado João Roma (Republicanos/BA), pela admissibilidade da matéria.

Status: aguarda a instalação de Comissão Especial.



Demissão de Servidor Público por insuficiência de desempenho

PLP 51/2019

Do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL/SP), que regulamenta o inciso III do § 1o do art. 41 da Constituição, para disciplinar o procedimento de avaliação periódica anual de desempenho de servidores públicos estáveis das administrações diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Status: aguarda parecer do relator na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), deputado Hélio Costa (REPUBLICANOS/SC)



Regulamentação de conselhos profissionais

PEC 108/2019

Do Poder Executivo, que dispõe sobre a natureza jurídica dos conselhos profissionais. A proposta visa consolidar o entendimento de que os conselhos profissionais não integram a estrutura da Administração Pública, assim como definir parâmetros e limites para criação das entidades de fiscalização com base em critérios da doutrina da regulamentação das profissões. A medida também afasta, defini-

tivamente, qualquer hipótese de equiparação da organização dos conselhos profissionais às autarquias integrantes da Administração Pública, mediante a definição de que conselhos são entidades privadas sem fins lucrativos que atuam em colaboração com o poder público, às quais se aplicam as regras do direito privado e a legislação trabalhista.

Status: aguarda apresentação de parecer pelo relator, deputado Édio Lopes (PL/RR), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

SENADO FEDERAL



Aposentadorias especiais PLP 245/2019

Do senador Eduardo Braga (MDB/AM), que regulamenta o inciso II do § 1º do art. 201 da Constituição Federal, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial aos segurados do Regime Geral de Previdência Social cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes nocivos, químicos, físicos, biológicos e com risco à integridade física.

Status: aguarda realização de audiência pública e apresentação de parecer pelo relator, senador Esperidião Amin (PP/SC), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Mais Brasil - Pacto Federativo PEC 188/2019

Do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), que altera arts. 6º, 18, 20, 29-A, 37, 39, 48, 62, 68, 71, 74, 84, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 184, 198, 208, 212, 213 e 239 da Constituição Federal e os arts. 35, 107, 109 e 111 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 135-A, 163-A, 164-A, 167-A, 167-B, 168-A e 245-A; acrescenta ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias os arts. 91-A, 115, 116 e 117. Dentre as medidas previstas estão:

i) a possibilita a distribuição aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal de parcela dos recursos do pré-sal e transferência, aos demais entes, da integralidade do salário-educação e do custeio das respectivas despesas;

ii) criação do Conselho Fiscal da República para discutir a situação financeira dos entes federativos e

reverter a trajetória de crescente aumento das despesas obrigatórias e do endividamento e prevê medidas que viabilizem a longo prazo a sustentabilidade fiscal dos entes federativos;

iii) mínimo conjunto de saúde e educação;

iv) redução da parcela PIS/Pasep que destinada ao BNDES para 14%;

v) desindexação do reajuste de emenda parlamentares;

vi) supressão da obrigatoriedade de revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos; e

vii) extensão da vedação de vinculação de receitas a órgão, fundo ou despesa, hoje prevista apenas para impostos, para qualquer receita pública, observadas determinadas exceções. Por outro lado, permite que a jornada de trabalho dos servidores públicos possa ser reduzida com a redução de até 25% da remuneração em caso de descumprimento dos percentuais de gasto com pessoal descritos na LRF.

Status: aguarda apresentação de parecer do relator, senador Márcio Bittar (MDB/AC), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Porte de armas

PL 3723/2019

Do poder Executivo, promove alterações na lei 10.826/03 que dispõe sobre o registro, posse e comercialização do porte de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e define crimes.

Status: aguarda realização de audiência pública e apresentação de parecer pelo relator, senador Marcos do Val (PODE/ES), na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).